



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Juiz do Trabalho Substituto**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição \_\_\_\_\_ Nº do Caderno \_\_\_\_\_

Nº do Documento \_\_\_\_\_ ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

Objetivando garantir a lisura do processo de seleção, o que é do seu próprio interesse e de interesse público, autentique digitalmente a capa do caderno, nos espaços indicados ao lado e registre sua assinatura, por três vezes, nas linhas abaixo.

1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_  
3 \_\_\_\_\_

**AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

POLEGAR DIREITO

2ª VEZ

1ª VEZ

**SEGUNDA PROVA ESCRITA - PROVA DE SENTENÇA**

**INSTRUÇÕES**

- Assine no campo indicado e nas linhas enumeradas acima. Não assine a prova em nenhum outro local deste caderno, nem por qualquer forma a identifique. A identificação implica anulação da prova.
- Esta prova consiste de uma Sentença Trabalhista.
- Será permitida consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias e precedentes jurisprudenciais de qualquer natureza, tais como, súmulas, orientações, etc.
- Não será permitido o empréstimo de material de consulta.
- Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado ou aproveitado para fins de correção.
- Só será considerada para correção a prova redigida neste caderno, nos espaços destinados à redação definitiva.
- Escreva com letra legível e a tinta, usando caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta; vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente.
- Os cadernos não devem ser desgrampeados. Nenhuma folha dos cadernos deve ser destacada.
- A duração da prova é de 4 (quatro) horas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

**Caro candidato,**

Considerando exclusivamente os dados constantes do relatório apresentado, inclusive quanto aos documentos mencionados, profira, na qualidade de Juiz do Trabalho Substituto, sentença devidamente fundamentada.

**Não elabore novo relatório, nem crie fatos novos.**

Considere que todas as cópias de documentos juntados aos autos estão de acordo com os originais.

Observe todas as instruções da capa do caderno de prova e identifique-se exclusivamente nos locais indicados.

**Boa sorte!**

**A Comissão Examinadora**

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

VISTOS, ETC.

MARIVALDA SILVEIRA, viúva, 35 anos, JANDIRA SILVEIRA e JOSELITO SILVEIRA NETO, os dois últimos absolutamente incapazes, regularmente representados por sua genitora (a primeira Autora), residentes, desde janeiro de 2007, na rua Leopoldina, nº 78, Torre, Recife, PE, por seu advogado, ajuizaram, pelo rito ordinário, em 16 de janeiro de 2012, ação trabalhista cumulada com indenização por danos morais e materiais em desfavor de GRANAFORTE TRANSPORTADORA DE VALORES E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. com endereço na rua Francisco João, nº 27, Boa Viagem, nesta capital, todos devidamente qualificados nos autos.

Alegaram, em síntese, que JOSELITO SILVEIRA JÚNIOR, marido da primeira autora e pai dos demais autores, trabalhou para a ré de 8 de março de 2002 até 3 de fevereiro de 2011 quando faleceu, aos 40 anos, vítima de grave acidente automobilístico. Estava a serviço da empresa e executando tarefas estranhas às suas atribuições habituais, meramente administrativas. Trabalhava como auxiliar de escritório percebendo salário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensal. Cumpria jornada de trabalho em regime de escala 12X36, das 7h às 19h e das 19h às 7h, sem intervalo intrajornada, em turnos de revezamento, não recebendo o pagamento de horas extras acrescidas do adicional convencional. O FGTS nunca foi depositado. Sofria descontos ilegais e não autorizados no salário a título de "*reparação de danos por queima de computadores*", "*taxa de fortalecimento sindical*", "*contribuição confederativa*" e "*imposto sindical*" (contribuição sindical), ressaltando que não era associado ao sindicato profissional. Durante a contratualidade apenas gozou férias relativas ao período aquisitivo 2002/2003. As verbas rescisórias não foram pagas. No dia do infortúnio, em razão de movimento grevista deflagrado pela categoria profissional dos vigilantes, foi escalado para recolher cerca de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de um dos clientes da ré, coleta realizada com uma motocicleta. Após recolher o dinheiro, foi perseguido por quatro assaltantes em um automóvel não identificado, que fizeram disparos de arma de fogo. Por essa razão, perdeu o controle do veículo e colidiu com outro que trafegava em sentido contrário, sendo evidente a culpa da empresa pela ocorrência do evento. O salário recebido pelo falecido era a única fonte de renda da família, já que o cônjuge supérstite ocupava-se do lar e dos filhos do casal.

Requereram assistência judiciária gratuita, declarando-se pobres na forma da lei.

Formularam os seguintes pedidos:

a) pagamento das verbas decorrentes da extinção da relação de emprego, ou seja, férias proporcionais acrescidas de um terço, gratificação natalina proporcional, indenização substitutiva do FGTS mais 40%, todos acrescidos da multa prevista no art. 467, CLT;

b) pagamento da multa prevista no art. 477, § 8º, CLT, em face do atraso na quitação das parcelas mencionadas na alínea "a";

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

c) pagamento de todas as férias não gozadas, com exceção daquelas correspondentes ao período de 2002/2003, em dobro, acrescidas de um terço;

d) pagamento de horas extras diurnas e noturnas a partir da 6ª hora diária e 36ª hora semanal, acrescidas do adicional de 60% (sessenta por cento), previsto nas normas coletivas de sua categoria profissional, com reflexos sobre férias acrescidas de um terço, gratificações natalinas, repouso semanal remunerado e FGTS com a multa de 40% (quarenta por cento);

e) pagamento da dobra dos domingos e feriados trabalhados com reflexos sobre férias acrescidas de um terço, gratificações natalinas repouso semanal remunerado e FGTS com a multa de 40% (quarenta por cento);

f) pagamento do intervalo intrajornada com o adicional de 60% (sessenta por cento), previsto em norma coletiva, com reflexos sobre férias acrescidas de um terço, repouso semanal remunerado, gratificações natalinas e FGTS com a multa de 40% (quarenta por cento);

g) devolução dos descontos indevidos, em dobro, relativos a "*queima de computadores*" "*taxa de fortalecimento sindical*", "*contribuição confederativa*" e "*imposto sindical*" (contribuição sindical);

h) indenização por danos materiais, em forma de pensionamento, correspondente ao último salário do falecido, multiplicado pela expectativa de vida de cada um dos postulantes (70 anos, conforme IBGE), no importe de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em parcela única para a esposa e fracionada com relação aos menores, com inclusão em folha de pagamento;

i) indenização por danos morais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a primeira autora, e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada um dos herdeiros;

j) honorários advocatícios;

k) juros de mora e correção monetária de conformidade com a variação da taxa *selic*, contados desde o acidente fatal;

l) indenização por perdas e danos, na forma de juros compensatórios, decorrente da mora considerando o não pagamento dos créditos trabalhistas nas épocas próprias;

m) constituição de capital cuja renda assegure o pagamento do valor mensal da pensão;

n) atribuição de responsabilidade exclusiva à ré quanto às obrigações fiscais e previdenciárias eventualmente devidas por decorrência da condenação.

Atribuíram à causa o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Acompanharam a inicial os seguintes documentos:

- declarações de pobreza subscritas pelo advogado dos autores;
- certidão de óbito, certidão de casamento, certidões de nascimento dos filhos menores (que tinham, à época do ajuizamento da ação, 10 (dez) e 05 (cinco) anos, respectivamente);
- cópias de convenções coletivas da categoria profissional de todo o período contratual, com cláusulas estabelecendo o percentual de 60% (sessenta por cento) para as horas extras, a obrigatoriedade de contratação de seguro em grupo para todos os empregados em empresas de vigilância e transporte de valores, a autorização para descontos da "*contribuição confederativa*", "*taxa de fortalecimento sindical*" e "*contribuição sindical*";
- comunicação do INSS acerca do deferimento da pensão por morte aos dependentes (viúva e filhos menores).

JOSELITO SILVEIRA, residente e domiciliado nesta capital, devidamente qualificado nos autos, por seu advogado (o mesmo que patrocina a causa do cônjuge e dos filhos) ajuizou, sob o rito ordinário, ação de indenização por danos morais em desfavor da ré pelos mesmos fundamentos fáticos narrados na petição inicial dos primeiros autores. Sustentou que era o pai do falecido e que o acidente decorreu da conduta omissiva da ré, que não adotou as cautelas devidas. Isso causou-lhe abalo moral.

Pleiteou a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), além de honorários advocatícios, juros de mora e correção monetária de conformidade com a lei. Atribuiu à causa o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Os feitos foram reunidos por conexão.

A empresa foi regularmente citada.

À audiência designada, as partes compareceram devidamente representadas e acompanhadas de seus advogados, ocasião em que a ré apresentou contestação e documentos, não se opondo àqueles juntados com a inicial. A parte autora, da mesma forma, não impugnou os documentos apresentados pela reclamada.

Os depoimentos pessoais foram dispensados, sob protesto da ré.

Não houve produção de prova testemunhal.

Razões finais pelos litigantes, que mantiveram os termos das iniciais e defesa, respectivamente, sendo recusada a segunda proposta de acordo.

O valor da causa foi fixado de acordo com a inicial.

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

A ré apresentou contestação única aduzindo o seguinte:

a) impugnou os pedidos de assistência judiciária gratuita, dizendo que os autores não comprovaram os requisitos da lei. Rebelou-se contra o valor da causa porque excessivo e astronômico;

b) apontou a ilegitimidade ativa dos autores para a causa porque a ação deveria ter sido proposta pelo espólio. Nos termos do art. 12, V, do CPC, o espólio é representado em juízo pelo inventariante. E os autores nem mesmo comprovaram a abertura de inventário. Em relação ao genitor do falecido JOSELITO SILVEIRA, disse não possuir legitimidade para a causa porque não foi inscrito como dependente do falecido no âmbito da Previdência Social;

c) destacou sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda porque não foi a causadora da morte do seu ex-empregado, mas o motorista do veículo que trafegava em sentido contrário. Além disso, diz que, cumprindo o disposto na convenção coletiva, contratou seguro de vida em grupo para os seus empregados com a seguradora TUDO CERTO SEGUROS S/A, sendo ela a responsável pelo pagamento de eventuais indenizações;

d) Arguiu preliminar de litispendência com relação aos pedidos de indenização por danos morais e materiais formulados por MARIVALDA SILVEIRA, JANDIRA SILVEIRA, JOSELITO SILVEIRA NETO. Disse que, conforme documentos anexados à defesa, restou demonstrado que a menor JANDIRA SILVEIRA, representada legalmente pelo Ministério Público, acionou-lhe no processo nº 7777777-77.2011.5.06.0777, objetivando recebimento de indenização por danos morais e materiais, em face do acidente sofrido pelo genitor, que culminou com o seu óbito, nos mesmos termos da presente demanda, tendo sido a referida ação julgada procedente em relação ao pedido de dano moral (registre-se que tal ocorreu em face da revelia da ré naquela demanda) e improcedente quanto ao dano material, decisão esta confirmada pela segunda instância, estando o processo, atualmente, pendente de julgamento de recursos de revista aforados pelas partes, o que demonstra, portanto, a ocorrência de litispendência, levando à extinção prematura do feito, com base no art. 267, V, do CPC. Ultrapassado este aspecto, pugna pela suspensão do processo no particular, uma vez que a indenização é única, a ser partilhada por todos os herdeiros, dependendo, portanto, a sentença de mérito, do julgamento da outra causa;

e) Pediu fosse a Justiça do Trabalho declarada incompetente para processar e julgar a causa, com base no art. 114 da CRFB, já que não manteve com nenhum dos autores vínculo empregatício, bem como em relação à cobrança de imposto de renda e contribuição previdenciária;

f) requereu a aplicação da prescrição quinquenal prevista no art. 7º, inciso XXIX da Constituição Federal de 1988. E, considerando que a presente demanda foi ajuizada em 16.01.2012, devem ser considerados prescritos todos os títulos pleiteados anteriores a 16.01.2007;

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

g) disse que o "de cujus" laborou no período indicado na inicial, sendo extinto o liame laboral em razão de um acidente de trânsito do qual decorreu o seu óbito. Declarou que não procedeu ao acerto de contas das verbas decorrentes do encerramento do contrato de trabalho em face do não comparecimento dos credores habilitados na previdência, apesar de expedida notificação para o endereço constante da ficha do empregado falecido, devolvida pela EBCT com a indicação de que "MUDOU-SE". E mais, a rescisão é negativa em face dos prejuízos causados pelo seu ex-empregado em bens da empresa, uma vez que, brincando com energia, queimou 05 (cinco) computadores, no importe de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais). Ressaltou que o dano foi reconhecido por escrito pelo falecido, sendo dividido o pagamento em 22 (vinte e duas) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo quitadas no curso do contrato de emprego 03 (três) parcelas, fatos que, de logo, afastam a aplicação das multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT. E mais, a multa do artigo 477, § 8º, da CLT, só é devida em caso de rescisão contratual, o que não é, em absoluto, o caso dos autos;

h) o falecido, no período de 16 de maio de 2003 a 13 de dezembro de 2003, gozou benefício previdenciário, código B31, e faltou ao trabalho por 16 (dezesesseis) dias no mês de janeiro de 2011;

i) houve o gozo e pagamento de todas as férias devidas no decorrer do contrato de trabalho;

j) o FGTS nunca foi depositado, mas firmou com Caixa Econômica Federal "Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para com o FGTS", e cumpria fielmente o ajuste;

k) confirmou a escala de trabalho informada na inicial, ou seja, 12X36 horas, porém, em regime de revezamento trimestral, das 7 às 19 horas e das 19 às 7 horas, com intervalo de 30 (trinta) minutos não computado na carga diária. Destacou que o horário encontra-se devidamente registrado nos cartões de ponto, além de amparado em acordo individual de trabalho de prorrogação e compensação, não se beneficiando, portanto, com a jornada de 6 (seis) horas diárias e 36 (trinta e seis) semanais, o que afasta a condenação em horas extras integrais diurnas e noturnas ou até mesmo o mero adicional, uma vez que não ultrapassava o limite de 220 (duzentas e vinte) horas mensais;

l) quanto à redução do gozo do intervalo intrajornada, tal fato decorreu de renúncia expressa do trabalhador, homologada pelo sindicato de classe, ao argumento nuclear de ser mais benéfica, na medida em que a jornada foi reduzida em 30 (trinta) minutos, sem prejuízo dos salários, possibilitando, ainda, o encerramento do turno de serviço uma hora mais cedo. Apenas a título de argumentação, disse que as horas correspondentes ao intervalo intrajornada, de natureza indenizatória, o que de logo afasta a possibilidade de reflexos, em nenhuma hipótese seriam quitadas com adicional convencional, mas com o legal. A propósito, a contratação coletiva de trabalho fala, expressamente, em horas extras efetivamente trabalhadas;

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

m) com relação aos domingos e feriados, ressaltou que a escala a qual estava submetido o empregado falecido, já os remunerava. Por conseguinte, disse ser indevidos os pleitos relativos ao pagamento em dobro dos respectivos dias. Ressaltou que, se devidos fossem, seria apenas a respectiva dobra salarial;

n) disse não proceder o pedido de devolução dos descontos relativos a "*taxa de fortalecimento sindical*", "*contribuição confederativa*" e "*imposto sindical*" efetuados no salário do seu ex-empregado, vez que alicerçados em norma constitucional e infraconstitucional, autorizados pela categoria profissional em Assembleia Geral Extraordinária, além de ser cláusula expressa de normas coletivas, não denunciadas;

o) quanto ao pleito de devolução dos descontos por reparação de danos nos computadores, reportou-se ao que foi explanado no item "g" da contestação, para pugnar por sua total improcedência;

p) com relação aos danos morais e materiais, no mérito, entendeu devam ser julgados improcedentes, atribuindo ao Estado e à vítima culpa pelo acidente, considerando que segurança é dever do Estado e, também, porque o falecido trafegava em excesso de velocidade e invadiu a mão contrária, colidindo com outro automóvel. Disse que cumpriu com as obrigações relativas à segurança do trabalhador, fornecendo todos os equipamentos de proteção individual, especialmente capacete, joelheiras, cotoveleiras e arma de fogo. Alegou, ainda, que os autores são pessoas humildes, de poucas posses, não se justificando requererem valores tão astronômicos a título de danos morais e materiais, alicerçados, apenas, na capacidade econômico-financeira da ré, não havendo comprovação de gastos por parte deles;

q) disse, ainda, que todas as despesas com funeral foram por ela suportadas e que o pensionamento seria indevido porque os autores MARIVALDA SILVEIRA, JANDIRA SILVEIRA e JOSELITO SILVEIRA NETO já requereram, perante o INSS, a pensão por morte, daí porque esta condenação importaria *bis in idem*. Registrou, ainda, que o pedido do pensionamento em parcela única agride, visceralmente, natureza do instituto jurídico em comento até porque trata-se de empresa de grande porte e de notória solvabilidade econômica, e que, se devido fosse, seria quitado em cotas mensais, tendo por base o salário contratual do falecido, partilhado pelos autores, cabendo ao cônjuge sobrevivente 50% (cinquenta por cento) no período máximo de 10 (dez) anos, tempo suficiente para o seu retorno ao mercado de trabalho, evitando-se, assim, enriquecimento sem causa e 25% (vinte e cinco por cento) para os filhos menores até completarem 18 (dezoito) anos, sendo, a partir daí, extintas as obrigações;

r) por fim, requereu, em caso de condenação em danos morais, a redução do *quantum* indenizatório ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para os autores em conjunto e compensadas com as despesas com funeral, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

s) destacou serem indevidos os honorários advocatícios nos termos da legislação em vigor;

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

t) quanto aos recolhimentos fiscais e previdenciários, disse não haver que se falar em sua responsabilidade, considerando serem indevidas as parcelas pleiteadas, além de possuírem natureza indenizatória. Adiantou, porém, que em nenhuma hipótese tal ônus seria suportado pela contestante;

u) com relação aos juros de mora e correção monetária, no caso de alguma condenação, deveriam ser contados a partir da citação, como prevê o ordenamento jurídico.

Acompanharam a contestação os seguintes documentos:

– cópia integral de inquérito policial, constando do respectivo relatório os seguintes termos: por ocasião do acidente, o falecido estava a serviço da empresa transportando a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma motocicleta, a 150 km/h, sendo perseguido por quatro assaltantes que fizeram vários disparos de arma de fogo em sua direção. Por isso, perdeu o controle da motocicleta e invadiu a mão contrária da pista, colidindo com outro automóvel conduzido por terceiro que não teve culpa no acidente;

– atas das assembleias gerais extraordinárias do sindicato da categoria profissional que autorizaram os descontos para "*fortalecimento sindical*", "*contribuição confederativa*" e "*imposto sindical*" (contribuição sindical);

– ficha de registro do empregado falecido indicando como seu endereço a rua Saramandaia, nº 43, Mustardinha, Recife, PE;

– contracheques de todo interregno contratual, com registro dos descontos das faltas ao trabalho e das 03 (três) parcelas quitadas pelo "de cujus" decorrentes do prejuízo causado;

– cópia do processo nº 7777777-77.2011.5.06.0777, ajuizado por JANDIRA SILVEIRA contra a ré, indicando pedido de danos morais e materiais em face do óbito do seu genitor JOSELITO SILVEIRA, contendo, também, sentença julgada procedente em parte, em seu favor quanto aos danos morais, acórdão do TRT confirmando a decisão primária e dos recursos de revistas pendentes de julgamento;

– acordo individual de trabalho de prorrogação e compensação de jornada assinado pelas partes;

– documento assinado por todos os empregados da ré, aí incluído o empregado falecido, renunciando, expressamente, ao gozo integral do intervalo intrajornada, homologado pelo sindicato de classe;

– cartões de ponto de todo período contratual, consagrando escala 12X36 horas, com revezamento trimestral (7/19 horas e 19/7 horas) e pré-assinalação do gozo de 30 (trinta) minutos de intervalo para descanso;

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO  
XIX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

- apólice de seguro de vida em grupo contemplando, inclusive, o falecido;
- termo de confissão de dívida e parcelamento dos débitos relativos aos depósitos do FGTS.

Os autos foram conclusos para julgamento.

Este é o relatório.

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**

TRT6R-Juiz Trabalho Substituto-Segunda Prova Escrita-Sentença